

ATENÇÃO: Prova Prático-Profissional (Subjetiva) - 30 de Maio de 1998, das 9 às 12 horas, devendo os aprovados compareceram às 8 horas portando caneta azul ou preta e material para consulta, conforme edital.

Prova Objetiva do I EXAME DE ORDEM / 1998
18/04.98

01) O Código de Ética e Disciplina da OAB estabelece que compete ao relator do processo disciplinar determinar a notificação dos interessados para esclarecimentos, ou do representado para a defesa prévia, num determinado prazo. Que prazo é esse?

- a) 20 dias;
- b) 15 dias;
- c) 10 dias;
- d) 05 dias.

02) Dentre as atividades abaixo arroladas, uma delas não é privativa de advocacia. Assinale-a.

- a) consultoria jurídica;
- b) direção jurídica;
- c) impetração de habeas corpus em qualquer instância ou tribunal;
- d) assessoria jurídica.

03) No âmbito do Conselho Federal da OAB, a 23 Câmara, o Órgão Especial do Conselho Pleno, a 33 Câmara e a 13 Câmara (nessa ordem), são presididos, respectivamente, por quais membros da Diretoria da Entidade?

- a) Vice-Presidente, Secretário-Geral, Tesoureiro, Secretário-Geral Adjunto;
- b) Secretário-Geral Adjunto, Tesoureiro, Secretário-Geral e Vice-Presidente;
- c) Secretário-Geral Adjunto, Vice-Presidente, Tesoureiro e Secretário-Geral;
- d) Secretário-Geral, Vice-Presidente, Secretário-Geral Adjunto e Tesoureiro.

04) Os advogados Drs. PLÍNIO PEREIRA, ARIOSTO AZAMBUJA DE ALMEIDA e HIPÓLITO KLEBER DE CASTRO, inscritos na OAB-DF sob os nos. 15.015, 16.789, 17.654, respectivamente, resolvem reunir-se em sociedade civil de prestação de serviço de advocacia, apresentando, para tanto, o necessário pedido de registro junto à mencionada Seccional. Sabendo-se que os três advogados são responsáveis pela referida Sociedade, qual, dentre as denominações abaixo, não seria aceita como razão social, pela OAB-DF?

- a) Kleber de Castro -Advocacia;
- b) Almeida, Pereira e Castro -Advogados Associados;
- c) Escritório de Advocacia e Consultoria Jurídica;
- d) Plínio Pereira e Azambuja de Almeida -Advocacia.

05) O Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB consigna que os Conselhos Seccionais são compostos de conselheiros eleitos, incluindo os membros da Diretoria,

proporcionalmente ao número de advogados com inscrição concedida. Não levando em conta os suplentes de conselheiros (que podem integrar as chapas concorrentes), mas apenas os conselheiros titulares, qual o número máximo de conselheiros a serem eleitos?

- a) 24 conselheiros titulares;
- b) 30 conselheiros titulares;
- c) 40 conselheiros titulares;
- d) 60 conselheiros titulares.

06) Assinale, à luz da Lei 8.906/94 e dentre as afirmativas abaixo, a única que está correta:

- a) Uma sociedade que inclua, dentre outras finalidades, a atividade de advocacia, pode ser registrada no cartório de registro civil de pessoa jurídica;
- b) Cancela-se a inscrição do profissional que passar a exercer, em caráter temporário, atividade incompatível com o exercício da advocacia;
- c) Existem, atualmente, no âmbito da Ordem dos Advogados do Brasil, 26 (vinte e seis) Seccionais;
- d) O estágio profissional poderá ser cumprido por bacharel em Direito que queira se inscrever na ORDEM.

07) O direito de uma advogado entrar com uma ação de cobrança de honorários contra seu cliente (considerando que existe um contrato firmado entre eles), prescreverá em quanto tempo, contado o prazo do vencimento do contrato?

- a) dez anos;
- b) cinco anos;
- c) três anos;
- d) um ano.

08) Dentre as atividades abaixo arroladas, uma delas não redundando em incompatibilidade com a advocacia, gerando, apenas, impedimentos. Assinale-a.

- a) Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo;
- b) Terceiro-Sargento do Exército Brasileiro, na ativa;
- c) Gerente-Geral do Banco Itaú S.A.;
- d) Senador que ocupe o cargo de Líder de seu Partido Político, no Senado Federal.

09) As Caixas de Assistência dos Advogados têm condições de serem criadas quando os Conselhos Seccionais contarem com um determinado número de inscritos. Que número é esse?

- a) mais de 100 inscritos;
- b) mais de 1.500 inscritos;
- c) mais de 3.000 inscritos;
- d) mais de 15 inscritos.

10) Assinale, à luz do Código de Disciplina da OAB, qual a única afirmativa, dentre as abaixo listadas, que está incorreta:

- a) O advogado deve abster-se de divulgar ou deixar que seja divulgada a lista de clientes e demandas;
- b) O substabelecimento do mandato sem reservas de poderes não exige o prévio e inequívoco conhecimento do cliente;

- () c) As regras do Código de Ética e Disciplina da OAB obrigam igualmente as sociedades de advogados e os estagiários, no que lhes forem aplicáveis;
- () d) O exercício da advocacia é incompatível com qualquer procedimento de mercantilização.

11) Na aquisição dos direitos são observadas regras, dentre as quais, pode ser citada aquela que, "se adquirem direitos por intermédio de outrem". Esta hipótese pode ser exemplificada:

- () a) o contrato; o ato ilícito; a declaração unilateral da vontade;
- () b) o fato jurídico; o ato jurídico; o negócio jurídico;
- () c) o mandato; a gestão de negócios; a estipulação em favor de terceiros;
- () d) o direito decorrente de ofensa a direito subjetivo.

12) As obrigações facultativas seguem o disposto pelo artigo 863, do Código Civil? -"O credor de coisa certa não pode ser obrigado a receber outra, ainda que mais valiosa".

- () a) Sim. Porque é inadmissível a substituição de coisa certa por outra;
- () b) Não. O devedor pode pagar coisa diversa da que constitui o objeto da prestação;
- () c) Não. A obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios;
- () d) Sim. Na hipótese da perda da coisa, sem culpa do devedor.

13) Segundo a teoria subjetiva ou de SA VIGNY , a posse:

- () a) resulta da conjunção de dois elementos: o "corpus" que se traduz no poder físico da pessoa sobre a coisa; e a detenção, como causa de aquisição;
- () b) não exige a vontade, bastando tão-somente o "corpus" e o "animus alieno no mine tenendi", isto é, a intenção de possuir a coisa em nome de terceiro;
- () c) decorre da conjunção de uma relação exterior da pessoa com a coisa e, de ter a coisa como própria;
- () d) é quando a coisa é subtraída clandestinamente do poder do proprietário.

14) O Código Civil não oferece uma definição de contrato, que entretanto:

- () a) tendo definido o fato jurídico, fornece os elementos para a fixação da noção de contrato;
- () b) para a validade do contrato exige tão-somente: capacidade das partes; forma prescrita ou não defesa em lei;
- () c) define o momento inicial da formação do contrato como sendo a proposta;
- () d) exige como modo de manifestação da vontade das partes à satisfação da forma, por ser, na regra geral, integrante da substância do ato.

15) O herdeiro tem a faculdade de renunciar:

- () a) porque mantém a seu favor a subsistência dos direitos e obrigações inerentes à herança;
- () b) porque tem efeito de uma condição resolutiva e age retroativamente, "ex tunc";
- () c) e terá havido como estranho somente após a renúncia, mantendo-se os atos anteriormente praticados;
- () d) quando, então, a sucessão é deferida aos herdeiros da classe anterior .

16) Dentre os princípios informativos do Processo Civil, podemos citar:

- a) oralidade; publicidade; contraditório;
- b) economia processual; preclusão; inquisitivo;
- c) eventualidade; verdade real; boa-fé;
- d) verdade real; lealdade processual; devido processo legal.

17) As fases do procedimento ordinário, podem ser descritas como sendo:

- a) protocolo da petição inicial; sentença; trânsito em julgado da sentença;
- b) postulatória; saneadora; instrutória; decisória;
- c) protocolo da petição inicial; deferimento da petição inicial; citação do réu;
- d) jurisdição contenciosa e voluntária; cognição; realização de provas.

18) O despacho do Presidente do Tribunal de Justiça que nega seguimento ao recurso especial, ou ao recurso extraordinário:

- a) é apelável;
- b) é só agravável de instrumento para o Tribunal Superior;
- c) é agravável de instrumento para o Tribunal Superior, podendo antes ser embargado de declaração;
- d) é irrecorrível.

19) O Código de Processo Civil disciplina os procedimentos cautelares específicos, admitindo que o juiz pode determinar medidas provisórias que julgar adequadas, dentre elas podem ser citadas:

- a) alienações judiciais; separação consensual;
- b) testamento; herança jacente;
- c) apreensão de bens dos ausentes; arrecadação de coisas vagas;
- d) tutela antecipada; suspensão do processo principal.

20) O processo civil começa:

- a) com a citação válida;
- b) com o despacho do juiz, ainda que incompetente, que determina a citação;
- c) por iniciativa da parte;
- d) pela juntada do mandado de citação aos autos.

21) No processo por crime de peculato (art. 312), antes do recebimento da denúncia, o acusado deve ser notificado para responder no prazo de:

- a) 10 dias;
- b) 15 dias;
- c) 5 dias;
- d) a notificação é ato dispensável.

22) A respeito do Habeas Corpus, assinale a opção incorreta:

- a) pode ser impetrado por qualquer pessoa maior, mesmo estrangeiro, desde que domiciliado no distrito de culpa;
- b) o Juiz pode conceder a ordem de ofício, verificando no curso do processo que alguém sofre ou está na iminência de sofrer coação;
- c) o Ministério Público poderá impetrá-lo;
- d) pode ser impetrado pela própria pessoa que sofre coação.

23) Quanto à ação privada personalíssima, indique no elenco abaixo os crimes que a ela estão sujeitos:

- a) adultério e induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento ao casamento;
- b) bigamia e adultério;
- c) estupro e adultério;
- d) bigamia e induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento ao casamento.

24) A sentença de pronúncia é:

- a) decisão interlocutória mista;
- b) decisão interlocutória simples;
- c) decisão definitiva;
- d) nenhuma das alternativas é correta.

25) Com referência aos crimes hediondos, assinale a opção correta:

- a) homicídio qualificado, epidemia com resultado morte, genocídio;
- b) tortura, latrocínio, epidemia com resultado morte;
- c) epidemia com resultado morte, latrocínio e tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins;
- d) extorsão qualificada pela morte, homicídio quando praticado em atividade típica e grupo de extermínio ainda que cometido por um só agente, extorsão mediante seqüestro e na forma qualificada e terrorismo.

26) No cômputo do prazo, em Direito Penal:

- a) inclui-se o dia do começo e o dia final;
- b) exclui-se o dia do começo e computa-se o dia final;
- c) sábados, domingos e feriados são excluídos;
- d) exclui-se o dia do começo se for sábado, domingo ou feriado e computa-se o dia final.

27) No julgamento pelo Tribunal do Júri havendo 4 réus, indicar qual tempo legal destinado à tréplica:

- a) 1 hora;
- b) 1 hora e 30 minutos;
- c) 2 horas;
- d) 30 minutos.

28) São insuscetíveis de anistia, graça e indulto, fiança e liberdade provisória, os crimes:

- a) Prática de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, hediondos;
- b) Terrorismo, prática de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes, hediondos;
- c) Tráfico ilícito de entorpecentes, hediondos, prática de tortura;
- d) Hediondo e terrorismo.

29) Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras

semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro...

- a) concurso material;
- b) concurso formal;
- c) crime progressivo;
- d) nenhuma das alternativas é correta.

30) No procedimento dos crimes dolosos contra a vida:

- a) é nulidade absoluta a falta de quesito obrigatório;
- b) não é permitida a distribuição aos jurados de cópias da pronúncia, libelo e contrariedade;
- c) é possível a juntada de documentos em alegações finais da defesa;
- d) as testemunhas arroladas pela acusação não podem ser arroladas pela defesa.

31) O empregado contratado por tempo indeterminado no dia 2 de janeiro de 1996, terça-feira, foi dispensado, por justa causa, no dia 13 de abril de 1998, segunda-feira e a homologação da rescisão contratual aconteceu no dia seguinte à dispensa, dia 14, na sede do sindicato profissional ficando ressalvado no Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho -TRCT que o empregado não cometeu falta grave alguma sendo injusta a dispensa.

- a) o aviso prévio, no caso em tela, integra-se ao tempo de serviço do empregado para contagem do prazo prescricional previsto no artigo 7º, XXIX, "a", da Constituição Federal;
- b) o empregado terá cinco anos, contados da data da demissão motivada, para ajuizar reclamação trabalhista contra a empresa;
- c) a justa causa não poderia ter sido aplicada sem prévio inquérito judicial para apuração de falta grave, apesar de o empregado não ser dirigente sindical ou portador de qualquer outro tipo de estabilidade, provisória ou definitiva;
- d) o empregado terá dois anos, contados da data da demissão motivada, para ajuizar reclamação trabalhista contra a empresa, podendo discutir o motivo da demissão e todos os demais direitos trabalhistas não pagos no decorrer do contrato.

32) Dentre as várias modalidades de trabalho existentes, qual das seguintes assertivas não é verdadeira:

- a) trabalhador avulso é aquele que trabalha por intermediação do seu sindicato profissional e sua remuneração é paga basicamente em forma de rateio;
- b) trabalhador eventual é aquele que presta a sua atividade para alguém ocasionalmente e depende de acontecimento incerto, casual, fortuito;
- c) trabalhador autônomo é aquele que presta serviços a uma empresa, para atender à necessidade transitória de substituição de seu pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços;
- d) O empregado operário ou pequeno empregado (artífice) é considerado, pela CLT, como sendo empregado do dono da obra ou de quem o tenha contratado.

33) O salário é a contraprestação devida ao empregado pelos serviços prestados ao empregador e em decorrência do contrato de trabalho escrito, verbal ou tácito. Firmado esse conceito, é correto afirmar que o salário:

- a) pode ser penhorado, desde que o empregado/devedor não tenha bens móveis ou imóveis para garantir a dívida;
- b) é irreduzível, não admitindo qualquer exceção;

() c) poderá ser reduzido, desde que prevista a redução em convenção ou acordo coletivo de trabalho;

() d) tem como base de cálculo o número de horas que o empregado está à disposição do empregador, inclusive aquelas destinadas ao intervalo para repouso e alimentação.

34) Os descansos remunerados previstos em lei compreendem:

() a) férias de um mês a cada dois anos de trabalho;

() b) incidência das horas extras habituais no pagamento dos descansos semanais;

() c) pagamento do domingo trabalhado em dobro, salvo se não compensado com o descanso em outro dia da semana;

() d) férias de 24 dias caso tenha cometido de 6 a 14 faltas no período aquisitivo.

35) A ilicitude da alteração do contrato individual de trabalho é princípio básico da Consolidação das Leis do Trabalho e um dos melhores exemplos de que a legislação trabalhista é protecionista. Diante disso, assinale a alternativa correta:

() a) é lícita a alteração do contrato individual de trabalho desde que haja concordância expressa do empregado e que não lhe acarrete, direta ou indiretamente, prejuízos;

() b) é lícita a alteração do contrato individual de trabalho desde que haja concordância expressa ou tácita do empregado e que não lhe acarrete, direta ou indiretamente, prejuízos;

() c) é lícita a alteração do contrato individual de trabalho desde que o empregado concorde, expressa ou tacitamente, com ela assumindo os riscos de prejuízos futuros;

() d) é lícita a alteração do contrato individual de trabalho com ou sem a concordância do empregado.

36) O poder normativo da Justiça do Trabalho, previsto na Constituição Federal, permite que o Tribunal Superior do Trabalho e os Tribunais Regionais do Trabalho, julgando dissídios coletivos de natureza econômica, decidam:

() a) estabelecer normas e condições, respeitadas as disposições convencionais e legais mínimas de proteção ao trabalho;

() b) criar normas, com força de lei, para todos os integrantes das categorias -patronal e profissional -envolvidas no dissídio sem que, necessariamente, sejam observados os limites legais mínimos já previstos na Constituição Federal e leis destinadas aos trabalhadores;

() c) criar regulamentos para as empresas prevendo novos direitos trabalhistas que deverão ser cumpridos, sob pena de multa diária a ser fixada na sentença normativa;

() d) estabelecer normas e condições que se integram ao contrato individual de trabalho de cada trabalhador, respeitadas as disposições convencionais e legais mínimas de proteção ao trabalho.

37) Julgada procedente a reclamação trabalhista e havendo condenação em pecúnia, o reclamado para recorrer ordinariamente deverá, no prazo legal:

() a) pagar as custas fixadas na sentença e recolher o depósito recursal no valor limite imposto pela lei própria ou no valor arbitrado pela sentença, à título de condenação;

() b) não há obrigatoriedade de pagamento de custas, mesmo que fixada na sentença, visto que o processo do trabalho é gratuito;

() c) pagar as custas fixadas na sentença e recolher o depósito recursal na conta bancária do FGTS do empregado, em valor igual ao das custas;

() d) pagar custas proporcionais e depósito recursal proporcional, caso a procedência a

reclamação tenha sido parcial, cabendo ao reclamante o pagamento do restante, visto que também foi vencido, em parte.

38) Os embargos de declaração, previstos no Código de Processo Civil e de aplicação subsidiária no Processo do Trabalho, interrompem o prazo para a interposição de outros recursos, por qualquer das partes. Isso significa que:

- a) opostos embargos de declaração pelo reclamante contra o acórdão do TRT, o prazo recursal da parte contrária continua correndo para interposição de seu recurso de revista;
- b) opostos embargos de declaração por qualquer das partes, o prazo para interposição de outros recursos fica interrompido, porém, deverão ser descontados os prazos desses outros recursos os dias gastos com a oposição dos declaratórios;
- c) os embargos de declaração opostos por ambas as partes consomem, integralmente, o prazo para outros recursos devendo a parte ingressar, simultaneamente, com os declaratórios e o recurso para o tribunal "ad quem";
- d) opostos embargos de declaração, por qualquer das partes ou por ambas as partes, prazo para interposição de outros recursos fica interrompido e reclamante e reclamado terão assegurado o prazo integral para interposição do recurso eleito.

39) O "Jus postulandi" previsto na Justiça do Trabalho autoriza que:

- a) o reclamante ajuíze a reclamação trabalhista diretamente sem que esteja assistido ou representado por advogado;
- b) o reclamante participe das audiências, desde que acompanhado de advogado habilitado no processo;
- c) o advogado patrocine reclamações trabalhistas na qualidade de substituto processual, sem autorização expressa do detentor do direito da ação;
- d) o sindicato da categoria a qual pertencem os detentores do direito ajuíze reclamação trabalhista em nome de todos eles, mesmo sem instrumento expresso de procuração.

40) Os advogados, os membros do Ministério Público do Trabalho, os leigos, e os juizes de carreira compõem o Tribunal Superior do Trabalho, respectivamente, como:

- a) togados, classistas, togados e juizes vitalícios;
- b) ministros vitalícios, togados, classistas e ministros vitalícios;
- c) classistas, classistas, classistas e togados;
- d) ministros vitalícios, classistas, classistas e togados.

41) Os deveres e direitos dos servidores públicos estão estabelecidos na Constituição Federal:

- a) Na imposição desses deveres e na concessão desses direitos, a Administração deverá Ter sempre presente o interesse coletivo;
- b) Deverá ser imposto ao servidor acatamento às ordens de seus superiores e sua fiel execução, em qualquer hipótese, com fundamento no dever de obediência;
- c) Deverá ser responsabilizado civilmente o servidor por dano causado a terceiro, no exercício de suas atividades funcionais, independentemente de dolo ou culpa;
- d) Na observância do dever de lealdade e fidelidade, deverá ser levada em conta a maior dedicação ao serviço, sempre voltada para a satisfação dos interesses financeiros da Administração.

42) Na Administração Pública, os cargos em comissão e as funções de confiança serão exercidos:

- a) Obrigatoriamente, por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional, nos casos previstos em lei;
- b) Preferencialmente, por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstas em lei;
- c) Alternadamente, por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstas em lei;
- d) Subsidiariamente, por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstas em lei.

43) O Governo do Estado da Paraíba pretende criar a "Poupança Novo Lar", uma empresa destinada a administrar os recursos obtidos com a privatização de outras empresas e destinados ao financiamento de casas populares nos Municípios do Estado, inclusive em Cajazeiras. Ela será criada por lei, terá patrimônio próprio e capital exclusivo do Estado, revestindo-se de forma de sociedade anônima, com personalidade de direito privado. Qual será sua natureza jurídica?

- a) Empresa Pública;
- b) Sociedade de Economia Mista;
- c) Autarquia;
- d) Fundação.

44) Punição que o Prefeito de Cajazeiras-PB aplicou a servidor público que furtou merenda escolar baseou-se em que poder?

- a) Poder Disciplinar;
- b) Poder de Polícia;
- c) Poder Hierárquico;
- d) Poder Regulamentar .

45) Com referência aos princípios da Administração Pública, é INCORRETA a seguinte afirmativa:

- a) Os princípios que constam da Constituição Federal são aplicáveis aos três níveis de governo da Federação;
- b) O princípio da publicidade comporta exceções, tratando-se de procedimento licitatório;
- c) O princípio da motivação impõe que o agente público explicito o fundamento de todo ato praticado;
- d) O desvio de finalidade exprime, muito frequentemente, desrespeito ao princípio da moralidade.

46) Determina a natureza jurídica específica do tributo:

- a) As características formais arroladas em lei;
- b) A destinação legal do produto da sua arrecadação;
- c) Seu nomenjuris,.
- d) O fato gerador da respectiva obrigação, definido em lei.

47) Para a cobrança de taxas, os serviços públicos são considerados específicos

quando:

- a) Possam ser destacados em unidades autônomas de intervenção, de utilidade, ou de necessidade públicas;
- b) Forem suscetíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um dos seus usuários;
- c) Quando usufruídos a qualquer título pelo contribuinte;
- d) Quando, sendo de utilização compulsória, sejam postos à disposição do contribuinte, mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento.

48) Quanto à categoria econômica, podemos citar como impostos incidentes sobre a produção e a circulação:

- a) ICMS, IPVA, IPI e ISS;
- b) IPI, IOF, ICMS e ISS;
- c) ISS, IOF, IPI e IPVA;
- d) IOF, ITR, IR e ICMS.

49) O lançamento em que fica a cargo do sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa é o:

- a) Por Declaração;
- b) Direito;
- c) Por Homologação
- d) De Ofícios.

50) A forma de extinção do crédito tributário, onde é concedido perdão total ou parcial do seu montante é a:

- a) Anistia;
- b) Remissão;
- c) Isenção;
- d) Remição.

GABARITO DA PROVA OBJETIVA DO I EXAME DE ORDEM DE 1998

QUESTÃO	RESPOSTA
1	B
2	C
3	C
4	C
5	D
6	D
7	B
8	D
9	B
10	B
11	C
12	B

QUESTÃO	RESPOSTA
26	A
27	A
28	B
29	D
30	A
31	D
32	C
33	C
34	A
35	B
36	A
37	A

13	C
14	C
15	B
16	D
17	B
18	C
19	D
20	C
21	B
22	A
23	A
24	A
25	A

38	D
39	A
40	B
41	A
42	B
43	A
44	A
45	B
46	D
47	A
48	B
49	C
50	B